IMPRESSO
Remetente: Rua Otávio Corrêa, 45 – Cidade Baixa
90050-120 – Porto Alegre – RS

1ª quinzena de junho de 2000

AD VERSO

Jornal da Adufrgs nº 62

A ofensiva contra os serviços públicos vai a todo o vapor desde a década de 80. O tema foi abordado por René Passet em artigo publicado no jornal Le Monde Diplomatique, que reproduzimos nesta edição

Página 8

TECNOLOGIA made in RS

O Centro de Testes de Componentes Automotivos, resultado de uma parceria entre o Laboratório de Metalurgia Física (Lamef), da Ufrgs, e a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), do Estado, está garantindo um ganho significativo para o Rio Grande do Sul. Com ele, os gaúchos estão vendo os recursos investidos na GM se transformarem em tecnologia própria, independente e de alta qualidade. O aprimoramento do parque tecnológico do Estado é reflexo direto de uma ação de engenheiros que estão dispostos a não disperdiçar nem o dinheiro público nem o conhecimento tecnológico que veio junto com a multinacional.

Páginas 6 e 7

Capa de Tiago Retamal

Ufrgs e Cientec transformam limão da GM em limonada

A reportagem de capa desta edição não deixa dúvidas de que esta gestão da Adufrgs se demarca das posições fundamentalistas sobre a relação universidade-empresa.

O que nossos colegas da metalurgia e da administração estão fazendo é procurar transformar um limão numa limonada, isto é, potencializar um investimento estatal discutível em uma montadora em vetor de desenvolvimento para o conjunto do pólo metalmecânico.

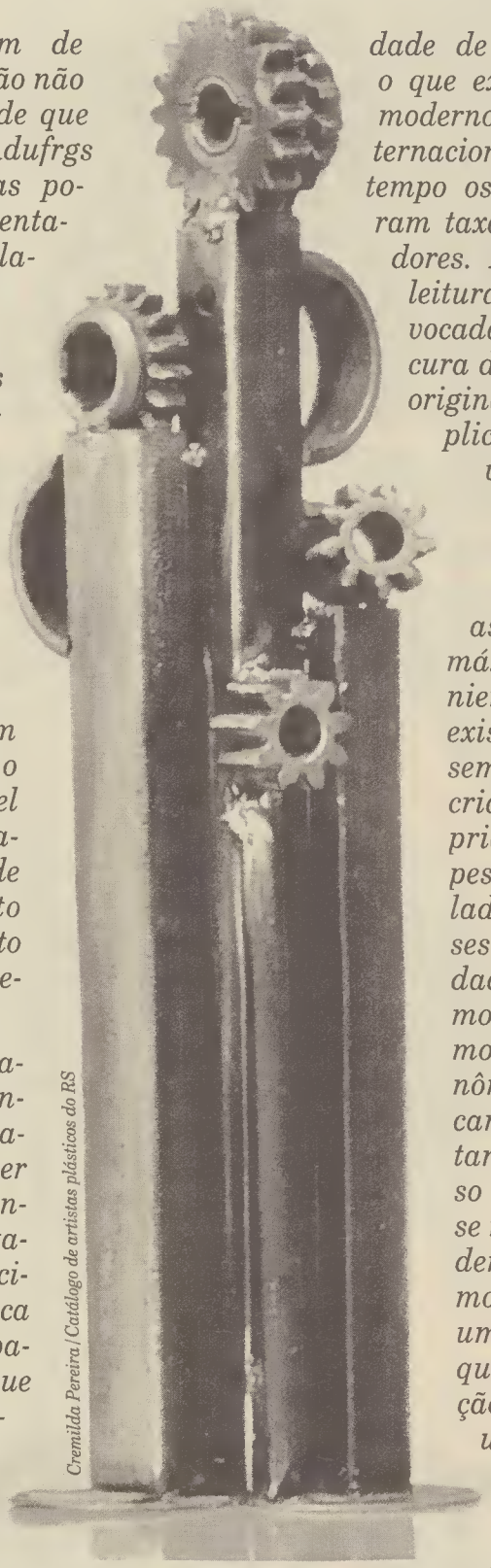
Não é certamente a mão invisível do mercado que vai fazer isso. São os investimentos estatais em capacitação tecnológica que abrirão espaços. E mais: que ampliam possibilidades para outras áreas.

Evidentemente, da prestação de serviços, como todo trabalho de cunho universitário, devem emergir metodologias, adaptações à nossa realidade, criação de novos caminhos, geração de conhecimento, enfim.

Alguém duvida que a pujança econômica e tecnológica do Japão foi fruto da sua capacidade de recriar sobre o que existia de mais moderno em nível internacional? Por muito tempo os japoneses foram taxados de copiadores. Essa era uma leitura vulgar e equivocada da sua procura de um caminho original que não implicasse em reinventar a roda.

Da mesma forma, temos que procurar assimilar ao máximo o "dernier cri" do que existe disponível sem descuidar de criar nossa própria agenda de pesquisa vinculada aos interesses de uma sociedade que queremos um dia democratizada econômica e politicamente. No entanto, nada disso será possível se não compreendermos que somos parte de uma sociedade que, pela condução política de um governo como o atual, se encontra em fase de desagregação enquanto identidade nacional. Certamente, um projeto de se tornar um apêndice desqualificado de um mercado globalizado não convive com universidade.

Por isso não podemos voltar as costas para lutas que reafirmam o direito de existirmos como povo com direitos.



Cremilda Pereira / Catálogo de artistas plásticos do RS

OBSERVATÓRIO

Reconhecimento científico

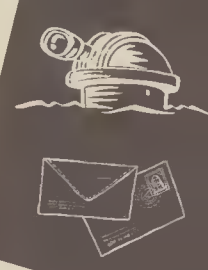
O professor Francisco Salzano, do Departamento de Genética da Universidade, é o mais novo integrante da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. Ele é o segundo cientista brasileiro a ser convidado para fazer parte dos quadros da instituição. O primeiro foi Warwick Kerr, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Salzano foi indicado por Paul Baker, da Universidade Estadual da Pensilvânia, e por James Neel, da Universidade do Michigan. O principal motivo da nomeação foi a contribuição do acadêmico ao estudo genético de populações do mundo, através da pesquisa sobre povos ameríndios.

Manipulação

Circula na Internet uma mensagem eletrônica que revela os bastidores da execução da matéria "Tática da Baderna", publicada com destaque de capa na revista Veja de 10/5 deste ano. O sítio do Observatório da Imprensa *(www2.uol.com.br/observatorio/)* apresenta uma série de artigos analisando a reportagem e os absurdos éticos que a envolveram. Destaque para uma entrevista com José de Souza Martins, sociólogo e professor da USP, em que ele aponta o uso indevido de trechos de um dossiê seu, sobre o problema agrário no Brasil.

Operação Condor

O encontro do Parlatino (Parlamento Latino-americano), ocorrido no final do mês no Chile, aprovou moção apresentada pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE) de apoio às investigações da Operação Condor, esquema de repressão a opositores de regimes autoritários nos anos 70. A moção solicita o envolvimento dos parlamentos e governos dos países da América Latina na elucidação dos casos. Ferro participou como representante brasileiro na Comissão do Narcotráfico e Crime Organizado do Parlatino. Duas propostas do deputado foram agregadas à resolução aprovada pela comissão: a definição de políticas de crédito e financiamento para o cultivo em áreas controladas pelo narcotráfico e a análise sobre os aspectos geopolíticos da atuação dos Estados Unidos no combate ao crime organizado. "Temos de saber até que ponto essa atuação está sendo usada para a ocupação de espaços estratégicos", justificou Ferro.



Corrupção

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) é o verdadeiro proprietário da Incal Incorporações, revela a Agência Estado. Segundo a matéria, documentos originais demonstram que o Grupo OK, presidido pelo senador, incorporou 90% das ações ordinárias da Incal. A CPI do Judiciário comprovou que a Incal foi a principal responsável pela obra do Fórum Trabalhista de São Paulo, que desviou R$ 169 milhões dos cofres públicos.

Déficit democrático

Em sua coluna publicada esta semana na Folha de São Paulo, Contardo Calligaris apresenta um dado importante sobre um possível efeito político da globalização: Em 1997, dos cem maiores orçamentos do mundo, 49 eram de estados nacionais, 51 eram de corporações. Estes números parecem reforçar a tese de que, cada vez mais, há pólos de decisão que estão fora do alcance do exercício democrático dos cidadãos. Por exemplo, os conselhos de administração das grandes corporações. "Tomados pela preocupação de democratizar as pequenas decisões de nosso mundo privado, parece que não nos demos conta de que estamos entregando o controle das escolhas de fundo, globais. O déficit democrático não se situa mais na sala ou no quarto, mas concerne às grandes diretrizes econômicas, políticas e sociais".

Divulgação

Ditadura: Parlatino quer apurar responsáveis por esquema de repressão na década de 70

AD VERSO

Publicação quinzenal Impressa em papel Ecograph 75 gramas Tiragem:5.500 exemplares Impressão: Gráfica e Editora Comunicação Impressa Ltda.

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.

Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Paulo Cezar da Rosa (RJP 5808)

Reportagem: Jéferson Assumção, Marco Aurélio Weissheimer, Gil Cafrune Gosch, Ana Luiza Karam e Vanessa Martins

Ilustrações: Mario Guerreiro

Diagramação: Fabrícia Osanai

Diretoria
Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2ª Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2ª Suplente: Jaqueline Moll

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: http://www.adufrgs.org.br

SERVIDORES FEDERAIS

Dia de protesto reforça mobilização

Gil Cafrune Gosch

Ufrgs: Assembléia de 25 de maio rejeitou proposta de paralisação por tempo indeterminado

Os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) paralisaram suas atividades no dia 8 de junho, como forma de se incorporar ao movimento nacional de servidores públicos. Em duas assembléias, os docentes decidiram não entrar em greve por tempo indeterminado. Ao invés disso, aprovaram a realização de atividades com o objetivo de sensibilizar a sociedade para os perigos que ameaçam a universidade pública e o serviço público em geral. Segundo o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, a categoria não está preparada para fazer uma greve por tempo indeterminado, mas isso não significa que vai ficar de braços cruzados, alheia ao movimento nacional dos servidores. "Vamos promover atividades com o duplo objetivo de mobilizar os professores da Ufrgs e mostrar `a sociedade a importância de uma universidade pública de qualidade".

Entre as iniciativas coordenadas pela Adufrgs está a publicação de "apedidos" em jornal, denunciando a tentativa do governo federal de jogar a opinião pública contra os servidores. Os textos divulgados foram extraídos do documento "Os mitos e os fatos" (ver quadro) produzido pela coordenação nacional de greve.

Uma nota produzida pelo Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Públicos Federais contradita afirmações do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, demonstrando a real posição do governo em relação aos direitos dos servidores públicos.

O documento tem nove páginas e pode ser solicitado à Adufrgs através de correio eletrônico. Reproduzimos, a seguir, o primeiro de quinze itens abordados.

Fatos e Mitos

Item 1 – O DITO: "A folha de pagamento do funcionalismo alcançou a cifra de R$ 53,6 bilhões este ano."

O NÃO-DITO: O valor apontado representa não o valor da folha aprovado pelo Congresso no Orçamento do ano 2000, mas o valor da folha acumulada dos últimos doze meses. Mesmo assim:

a) Este é o valor bruto da folha, sobre o qual incidem a contribuição previdenciária de 11% para os servidores civis e cerca de 4% para os militares. Sobre o que sobra, incide ainda o Imposto de Renda na Fonte, de até 27,5%. A folha líquida – o que realmente sai dos cofres do governo – é de no máximo R$ 36 bilhões/ano, inclusive civis e militares, ativos, inativos e pensionistas;

b) Além disso, devem ser deduzidos R$ 2,375 bilhões, relativos a transferências para o DF e ex-territórios, que não são despesas da União;

c) O valor destinado a juros no Orçamento de 2000 é de R$ 78,1 bilhões

d) O valor destinado à amortização da dívida no Orçamento de 2000 é de R$ 65,2 bilhões;

e) O valor destinado a Encargos Financeiros da União – o total de juros mais amortização – é de R$ 143,3 bilhões, ou seja, quase 4 vezes o total da folha líquida.

f) O gasto previsto para 2000 com EFU é de, aproximadamente, R$ 12 bilhões por mês, ou quase R$ 400 milhões por dia. São mais de R$ 16 milhões, ou quase US$ 9 milhões, por hora.

Carlos Schmidt - Presidente da Adufrgs

Por uma universidade pública

Tenho consciência que a carta aberta que escrevi para os professores da Ufrgs causou intensa polêmica, para não dizer comoção.

Quero isentar completamente de responsabilidade sobre este texto a diretoria da Adufrgs, que por sinal me criticou por sua contundência. Assimilo a crítica em relação à sua forma, que parece ter predominado sobre o conteúdo.

Para eliminar qualquer mal entendido, quero salientar que boa parte das críticas que recebi por e-mail se referem a uma eventual não aceitação do resultado da Assembléia. Uma leitura da carta destituída de má fé indica que minha indignação se refere àqueles que foram à Assembléia Geral só para votar contra a greve e também nada querem fazer.

Sempre fui profundo respeitador das decisões de Assembléia Geral.

Quero, também, resgatar para além da forma agressiva a análise feita e, sobre essa, parece-me que, fora os interesses feridos, não há tanta divergência.

Neste sentido penso que temos que enfrentar decididamente o processo de privatização interna na universidade, criando um espaço na imprensa do sindicato, nos órgãos colegiados da universidade para discussão deste assunto.

Esta discussão certamente deve resultar em propostas e exigências para a administração da universidade no sentido de que se cumpra sua vocação de universidade pública.

O momento atual, de debate sobre a escolha do reitor, parece-me propício para colocar alguns elementos que no nosso entender devem compor um quadro de evolução positiva da administração da nossa universidade.

Como preliminar gostaria de colocar que, e esta é uma posição do movimento docente, o processo de escolha do reitor no seu conjunto, nos marcos da lei nº 9192 de 21 de dezembro de 1995, é antidemocrático e ilegítimo.

Se a situação de fato nos constrange a praticá-la é outra coisa polêmica. A Universidade Federal de Santa Catarina contornou no âmbito da universidade a referida lei e conseguiu organizar um processo democrático.

A diretoria da Adufrgs tentou promover algo semelhante e não encontrou eco. A manutenção no estatuto da Ufrgs do artigo que torna obrigatória a consulta, o que significa realizá-la na forma da lei, foi um dos grandes fatores impeditivos.

Feita a preliminar, gostaria de levantar alguns pontos a serem, na minha opinião, defendidos pela Adufrgs, como agenda positiva para administração da universidade.

1) Criação de espaço para ampla participação da comunidade universitária na definição e implementação do seu projeto acadêmico e na alocação dos recursos disponíveis (do tesouro e das outras formas de captação).

2) Dentro do quadro da proposta anterior, criar a exigência de que todas as atividades que são executadas pelos recursos humanos da universidade, no limite da legislação, sejam coerentes com o seu projeto acadêmico e sejam aprovadas pelo seu órgão máximo o Consun.

3) Os recursos obtidos nos projetos, prestações de serviços, cursos etc., que excedam seus custos devem ser, dentro do quadro proposto no item 1, alocados após ampla discussão, o que significa incluir a Faurgs na orçamentação efetiva da universidade.

4) Ampla discussão e correção dos eventuais desvios que possam ocorrer nas práticas de cursos, grupos do trabalho e demais atividades da universidade, que a afastam da condição de universidade pública. Corrigir eventuais falhas de regulamentação das atividades dos recursos humanos da universidade.

No quadro atual de sucessão para reitoria temos uma candidata única, a professora Wrana Panizzi, que postula sua recondução. Reconheço o papel da nossa reitora na defesa da universidade pública perante o governo e perante à sociedade. No entanto, acredito que para tornar efetiva esta defesa e para que se realize a verdadeira universidade pública é necessário avançar e é neste sentido que submeto as propostas aqui formuladas.

UFRGS

Consun e Cepe têm novos representantes

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) empossou 21 novos membros, entre presidentes e representantes de Câmara e docentes, na sessão de 24 de maio. São eles: Ronald José Ellwanger (Graduação), Pedro Cezar Dutra Fonseca (Pesquisa), Inga Ludmila Veitenheimer (Graduação), Loiva Cardoso de Zeni (Graduação), Gilda Neves da Silva Bittencourt (Graduação), Raul Fernando Weber (Graduação), José Schifino (suplente de Graduação) Carlos Hoffmann Sampaio (Pós-Graduação), Céli Regina Jardim Pinto (Pós-Graduação), Robert Charles Ponge (Pós-Graduação), Maria Beatriz Moreira Luce (Pós-Graduação), Valquíria Link Bassani (suplente de Pós-Graduação), Sandra Cristina Pereira Costa Fuchs (Pesquisa), Miguel Ângelo Cavalheiro Gusmão (Pesquisa e Vice-presidente), Vera Catarina Castiglia Portella (Extensão), Hans Peter Henrik Grieneisen (Extensão), Carlos Alberto Saraiva Gonçalves, Paulo Silva Belmonte de Abreu e Sérgio Luiz de Carvalho Leite (representantes docentes).

No Conselho Universitário (Consun), 25 novos representantes tomaram posse no dia 26: Ronald José Ellwanger (Graduação), Jocélia Grazia (Pós-Graduação), Pedro Cezar Dutra Fonseca (Pesquisa), Roberto Cabral de Mello Borges (Extensão), Celso Giannetti Loureiro Chaves (Graduação), José Palazzo de Oliveira (Pós-Graduação), Miguel Ângelo Cavalheiro Gusmão (Pesquisa), Ivany Souza Ávila (Extensão), Waldomiro Carlos Manfroi, Paolo Roberto Livotto, João Vicente Silva Souza, Fernando Cláudio Zawislak, Sérgio Bampi, Daniela Marzola Fialho, Renato Machado de Brito, Maria Medianeira Sieczkowski Gonzalez, Maria Aparecida Castro Livi, Rubens Constantino Volpe Weyne, Paulo Eduardo Mayorca Borges, Helen Osório, Félix Hilário Diaz Gonzalez, Laura Verrastro Viñas, Nadja Mara Amilibia Hermann, Domingos Sávio Dresch da Silveira, Aristeu Jorge dos Santos e Moacir Antônio Berlato (representantes docentes).

Fotos Gil Cafrune Gosch

Consun: Daniela Fialho, diretora da Adufrgs, representa os docentes no Conselho

PÓS-GRADUAÇÃO

Proibidas cobranças ilegais

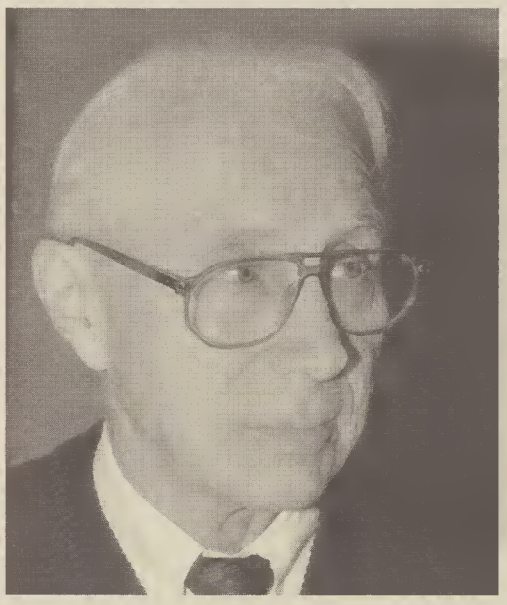
Agora é oficial: os cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não poderão mais cobrar qualquer tipo de taxa além daquelas autorizadas pela Reitoria. A última reunião do Conselho Universitário (Consun) tomou esta decisão e, daqui para frente, o curso que insistir em cobrar taxas de modo irregular deverá sofrer processo disciplinar. Segundo um levantamento realizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pelo menos 30 cursos cobram algum tipo de taxa dos estudantes, não previsto na legislação. O pró-reitor de Pós-Graduação, Franz Semmelmann, reconhece que muitas unidades acabam sendo levadas a cobrar dos alunos para fazer frente a despesas básicas de manutenção. Ele reconhece também que, na origem desta situação, está o problema da falta de recursos que afeta diversos cursos. A ameaça de fechamento devido ao funcionamento precário acaba levando à prática da cobrança.

Semmelmann enviou o levantamento realizado pela pró-reitoria para a Procuradoria Geral da Ufrgs. O procurador geral da universidade, Armando Eduardo Pitrez, por sua vez, analisou o documento e enviou-o ao Ministério Público Federal, que pronunciou-se claramente pela ilegalidade na cobrança de taxas e mensalidades disfarçadas por parte de muitos cursos de pós-graduação da Ufrgs. Segundo o procurador, a situação agora é bastante clara. "O Ministério Público e agora também a decisão do Consun não deixam dúvida que este tipo de cobrança terá que cessar imediatamente, sob pena de processo disciplinar". Ele observa que, de fato, a Reitoria nunca autorizou este tipo de cobrança, mas que até então o assunto não tinha sido tratado tão seriamente como no presente. Armando Pitrez admite que, por motivos fáticos, as cobranças até se justificam, em razão da escassez de recursos e da crescente demanda por pesquisa qualificada. Mas a lei é clara e tais cobranças ferem a lei. "Daqui em diante, os cursos que cobravam algum tipo de taxa irregular e que quiserem manter seu atual número de vagas e seu atual nível de pesquisa terão que usar da criatividade", disse o procurador.

O parecer do Ministério Público e a decisão do Conselho Universitário colocam em evidência um dos principais problemas que afetam o ensino público superior brasileiro: o problema do financiamento. Os coordenadores de cursos de pós-graduação, principalmente das áreas científicas, reclamam que são defrontados com uma exigência crescente de qualidade e eficiência e um fluxo decrescente de recursos. Uma saída seria a captação de recursos na iniciativa privada – o que de fato alguns vêm fazendo –, alternativa temida por muitos como uma forma branca de privatização da universidade pública. Um recente estudo realizado pelo sociólogo Michelangelo Giotto, da Universidade de Brasília, aponta neste sentido. Para ele, a forma de privatização mais concreta que ameaça hoje a universidade pública brasileira é aquela que vem por dentro. "Uma privatização está em curso no Brasil e, na minha opinião, é mais danosa do que as formas tradicionais de privatização temidas pelos defensores do ensino público. Há duas formas de se efetivar uma privatização. Uma delas seria leiloar a universidade e a partir daí cobrar mensalidade dos alunos. O que não vai ocorrer agora no Brasil. Afinal, quem quer fazer uma universidade boa e grande não compra, faz. A forma mais perigosa é a silenciosa. Os setores privados estão criando seus feudos internos, seus espaços privatistas na universidade. E a quantidade de recursos acumulada neste processo é uma forma de privatização interna. Como um vírus que vai invadindo por dentro a instituição".

O sociólogo pesquisou durante dois anos mais de 60 universidades públicas e particulares no Brasil. O resultado desta pesquisa foi publicado no livro " Universidades públicas, desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo " onde coloca em questão o modelo arcaico, corporativo e improdutivo de muitas universidades do País. Mestre e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília, onde leciona, Michelangelo acredita que hoje existe um grande hiato entre a universidade e as novas demandas da sociedade. Na sua avaliação, o Brasil precisa de universidades vocacionadas que realmente assumam compromissos com a comunidade local, saindo da posição meramente reativa, que apenas se limita a responder e a se ajustar às novas medidas provenientes do governo.

O problema do financiamento das universidades públicas brasileiras está relacionado, acredita Giotto, à falta de um projeto coletivo claro por parte dos defensores da universidade pública. "De um lado as universidades estão cobrando do governo mais recursos, o que é sempre justo. Mas a ciência contemporânea é muito cara e o Estado terá sempre dificuldade em financiar a imensa demanda das ciências de ponta". Ele defende o estabelecimento de duas frentes: uma que é política institucional, junto às instâncias financiadoras do Estado, e a outra que é o sistema de parcerias com ONGs e empresas nacionais e estrangeiras. "Hoje em dia as universidades públicas não vêm mobilizando muitos esforços no plano internacional em termos de captação de recursos. Elas ficam limitadas na relação de dependência com o Estado. Acredito que estas universidades devam se abrir a parcerias no campo do conhecimento e do *know-how*. Mas se levarmos este argumento ao extremo, daqui a pouco nós não teremos mais o espaço acadêmico e todos os setores vão se meter naquilo que o mercado sinaliza como mais favorável".



" Os setores privados estão criando seus feudos internos, seus espaços privatistas na universidade "

Ele considera que também é preciso dizer não a algumas parcerias. "Nós precisamos saber o que queremos. Temos que selecionar as parcerias e não nos abrirmos ao mercado. Para se ter autonomia, precisa-se de recursos e para ter recursos a universidade precisa ser muito mais propositiva do que é hoje. A interação entre universidade e empresa tem que ser uma política acadêmica, o que deve ser pensado em nível macro. Mas, para isto, deve primeiro haver interesse das instituições externas em efetivar parcerias, então voltamos ao primeiro problema que é o da estrutura interna das universidades".

CONJUNTURA

As faces perversas da globalização

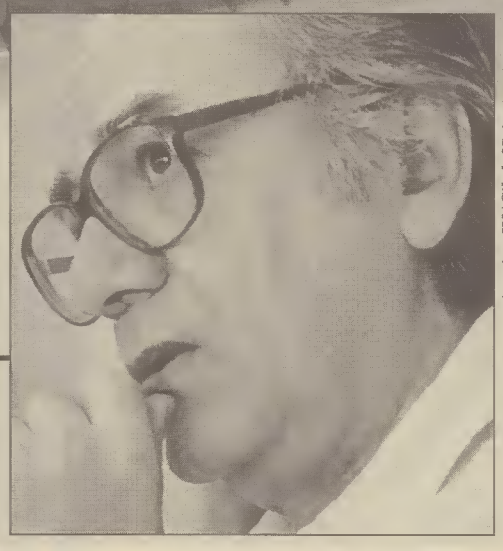
Marco Aurélio Weissheimer

O processo de globalização está gerando uma sociedade mais justa e democrática nos países onde sua implantação é mais acelerada? Muita gente acredita que sim. Os adeptos do pensamento liberal em geral consideram que o crescimento das trocas econômicas conduz ao surgimento de maiores liberdades políticas. Mas há quem desconfie desta aposta liberal. Uma destas vozes discordantes é a do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, professor da Universidade de Coimbra, que esteve recentemente em Porto Alegre, para o lançamento de seu livro "A Crítica da Razão Indolente – Contra o Desperdício da Experiência" (Cortez Editora). Para Boaventura, o aprofundamento do processo de globalização está gerando uma sociedade onde coexistem sistemas democráticos de baixa intensidade com formas fascistas de organização social.

"Fascista" pode ser uma palavra forte demais, admite Boaventura, mas ele procura justificar sua utilização. Estas novas formas de organização social seriam fascistas porque excluem da sociedade civil largas camadas da população. O fascismo, neste caso, não é mais produzido pelo Estado, mas por agentes sociais e econômicos, com a conivência do Estado. Diante da ausência de expectativas de dias melhores, a maioria da população vive uma situação de insegurança total. O trabalho deixou de ser um fator de cidadania. Ele é hoje um recurso global, mas não existe um mercado de trabalho global. A formação profissional e a produtividade não são mais fatores indicadores de salários. Um exemplo: hoje em dia, um engenheiro de software da Índia, com a mesma formação e mesma produtividade de um colega alemão, ganha dez vezes menos. Este é, segundo o sociólogo, apenas um dos exemplos de distorções que estão a exigir uma nova forma de pensar os conflitos de classe.

Falando na Faculdade de Direito da Ufrgs, Boaventura Santos criticou o discurso hegemônico, segundo o qual não existe alternativa ao atual processo de globalização. "Não havendo alternativa, só nos resta a resignação ao discurso dominante, só nos resta cruzar os braços e ver onde isso vai dar. E é justamente isso que muita gente quer", disse o professor português. Segundo ele, a globalização não tem nada de espontâneo, automático, inevitável ou irreversível. Trata-se, isso sim, de uma política com origem nacional bem definida (os Estados Unidos), que procura implantar uma ordem econômica determinada aos demais países do mundo. Recorrendo ao princípio de esperança, de Bloch, Boaventura faz uma defesa radical do pensamento utópico. E lembra uma frase de Sartre, ao dizer que não ia pedir desculpas por ousar falar de utopia nestes dias pragmáticos: "Todas as idéias, antes de ser realizadas, são utópicas", disse o pensador francês. Negar essa possibilidade, para Boaventura, significa abandonar qualquer esperança em dias melhores.

Gil Cafrune Gosch



Arquivo JU/Cibele Vieira

Boaventura: o fascismo não é mais produzido pelo Estado, mas por agentes sociais e econômicos

Em sua "Crítica à razão indolente", Boaventura Santos analisa a discrepância entre experiência (sempre atual) e expectativa (futura). Na modernidade ocidental, as expectativas futuras passaram a ter mais valor que a experiência presente. A idéia da possibilidade de mobilidade social vem daí. Quem nasceu pobre e inculto, com algum esforço e sorte, pode se tornar próspero e culto. Segundo ele, esta é uma distinção constitutiva do pensamento ocidental. Hoje, porém, viveríamos um processo inverso, onde as expectativas seriam mais negativas do que as experiências atuais. Quem está empregado hoje não sabe se ainda terá trabalho amanhã. Quem tem comida na mesa hoje, não tem certeza se amanhã também terá, e assim por diante. A insegurança quanto ao futuro obriga a uma completa revisão das teorias críticas. Se as experiências (o presente) tendem a ser melhores do que as expectativas (o futuro), a esquerda se vê na incômoda condição de defender o *status quo*, pois as coisas podem ficar bem piores. Um exemplo disso, segundo Boaventura, é a situação da Previdência Social no Brasil. Possui muitas falhas, mas a esquerda vê-se forçada a defender o modelo vigente pois aquele que está se desenhando no futuro pode ser bem pior.

Ele defende a tese de que estamos vivendo um período histórico que é demasiadamente precoce para ser revolucionário e demasiadamente tardio para ser reformista. É uma época, portanto, que exige a busca de novas formas de pensar os problemas sociais e políticos. O que está em jogo, segundo a avaliação de Boaventura, não é uma mera reinvenção gerencial do Estado, como pregam alguns reformistas, mas a construção de novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado não é mais o regulador único, mas sim um articulador de regulações. Segundo ele, a modernidade ocidental reduziu o poder político ao poder agregado à volta do Estado. Daí viria a razão principal para pensar a reinvenção do próprio Estado. "O objetivo é promover a proliferação de espaços públicos não estatais a partir dos quais seja possível republicizar o espaço estatal hoje privatizado pelos grupos sociais dominantes que exercem o poder por delegação do Estado". O teórico português vê o mundo hoje como um campo de experimentação imensa sobre as possibilidades destes espaços públicos não estatais. Ele vê a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre (e agora em processo de implantação em todo o estado) como um exemplo deste tipo de espaço.

O que esta experiência pode propiciar, diz Boaventura, é a transformação do próprio Estado num novíssimo movimento social. "O Estado é hoje um grande agente da globalização, mas ele não se resume a isso. As lutas nacionais ainda têm uma grande relevância e o Estado pode desempenhar um papel fundamental neste processo, como um agente de emancipação social e não apenas como um mero regulador de conflitos". Para Boaventura, a crise do paradigma da emancipação social desenvolvido pela modernidade ocidental é profunda e irreversível. A emancipação social tem, assim, de ser reinventada. Para isso é necessário concebê-la como uma forma de globalização contra-hegemônica, constituída por alianças locais e globais entre grupos sociais que lutam contra a exclusão e a opressão produzidas pela globalização hegemônica, que se apresenta como única alternativa possível.

ELEIÇÕES

Roberto Leheer é o novo presidente da Andes-SN

Roberto Leheer vai suceder Renato de Oliveira na presidência da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes - Sindicato Nacional). A eleição aconteceu nos dias 23 e 24 de maio. A vencedora foi a Chapa 2, "Andes – AD, Autônoma e democrática", que obteve 13.304 votos (53,25%).Ela é integrada por Roberto Leheer, da ADUFRJ (Presidente), Edmundo Fernandes Dias, da Adunicamp (Secretário Geral) e José Domingues Godoi Filho, da ADUFMAT (Primeiro Tesoureiro). A Chapa 1 recebeu 10.494 votos (42%). Nulos e brancos somaram 1.188 votos (4,76%).

Dos 66.874 professores sindicalizados, apenas 24.986 votaram. Isto significa 37,36% da categoria. "É uma demonstração de que os professores que são sindicalizados não vêem o sindicato como meio de luta e só o procuram para resolver questões jurídicas", disse Carlos Schmidt, presidente da Adufrgs.

Na Ufrgs, o resultado foi diferente. A Chapa 1 obteve 700 votos, a chapa 2, 401 votos e brancos e nulos somaram 69 votos. A posse será no dia 23 de junho.

Tecnologia às pampas

A General Motors (GM) não gerou o número de empregos que muitos esperavam nem a movimentação financeira pregada pelos setores conservadores. No entanto, vem possibilitando uma transformação no panorama tecnológico do Rio Grande do Sul. Isso porque uma série de ações está empenhada em fazer com que os recursos públicos investidos na instalação da montadora em Gravataí também beneficiem a sociedade gaúcha. Uma delas é a parceria entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) que, juntos, criaram o Centro de Testes de Componentes Automotivos (CTCA), o maior complexo de laboratórios da área no Brasil.

Jéferson Assumção

Durante o último período eleitoral, o Rio Grande do Sul viveu um amplo debate sobre se o Estado devia ou não financiar a vinda de grandes grupos privados para cá – acabou vencendo o projeto político que era crítico a este tipo de aplicação do dinheiro público. Os casos da Ford e GM foram exemplares e estiveram no centro de uma polêmica que não acabou com o início da gestão de Olívio Dutra. Decorrente da guerra fiscal e da disputa política, a Ford acabou indo se instalar na Bahia, enquanto a GM, após longa negociação com o governo do Estado, em Gravataí.

O debate agora gira em como fazer com que os recursos aplicados revertam em benefícios para todos, tanto em relação à geração de emprego quanto no aprimoramento do parque tecnológico gaúcho, ampliando nossa capacidade produtiva. O Laboratório de Metalurgia Física (Lamef), da Engenharia da Ufrgs, e a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), do Estado, desenvolvem a principal destas ações. Trata-se do Centro de Testes de Componentes Automotivos (CTCA), formado por quatro laboratórios – dois já em funcionamento conjunto desde janeiro deste ano.

O CTCA é o único independente no Brasil, ou seja, não está vinculado à Petrobras ou às gigantes multinacionais. Conta com a colaboração da Bruning, Dana Albarus (que doou o laboratório de Emissões Veiculares), Alumisul e Aços Finos Piratini, empresas que, de uma forma ou de outra, produzem material utilizado na indústria automotiva. Para homologarem seus produtos, no entanto, é necessária a realização de uma série de provas que atestem a qualidade e segurança de peças e materiais. Aí é que está a importância do CTCA. Antes do início de suas atividades, as indústrias gaúchas precisavam testar seus produtos em São Paulo ou mesmo no Exterior, o que encarecia a produção. "Tem empresas que precisavam fazer testes na Austrália", diz o coordenador da Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica da Ufrgs, Telmo Strohaecker.

Ele coordena uma das pontas deste trabalho. Na outra, está o engenheiro Luiz Antonio Antoniazzi, diretor executivo da Cientec. "Estamos somando esforços para apoiar a cadeia produtiva do Estado, otimizando os investimentos. Só receber a montadora não vai estimular a economia. É preciso uma série de ações como esta, auxiliando outras indústrias que vão gerar desenvolvimento", diz Antoniazzi.

Para ele, a oferta de um conjunto de laboratórios de alta qualidade qualifica e dá competitividade às empresas daqui. "Está ocorrendo uma integração de conhecimentos que geralmente estão dispersos", fala o engenheiro. Ele refere-se à parceria entre Cientec e Ufrgs, pioneira na área automotiva em todo o Brasil. Com a soma de informações precisas e trabalho em conjunto está sendo possível oferecer uma gama de serviços especializados que não era possível no Sul do País. Esta soma deu tanta capacidade produtiva às duas instituições que no futuro talvez seja possível até desenvolver motores no Rio Grande do Sul.

Gil Cafrune Gosch

Lamef: engenheiro Telmo Strohaecker coordena a parte dos trabalhos realizada na Ufrgs

Serão possíveis laudos de emissões veiculares

Dentro da programação de implantação do complexo de laboratórios do CTCA, Cientec e Ufrgs devem inaugurar, até 30 de julho, o Laboratório de Emissões Veiculares – com ele, o CTCA gaúcho já passará a ser o maior da América Latina. A partir do início de seu funcionamento, o Rio Grande do Sul estará se consolidando como um pólo automotivo realmente maduro, competitivo e independente. O laboratório será apto a analisar e produzir laudos sobre emissão de poluentes e emitir um documento obrigatório para a comercialização de qualquer modelo de automóvel no Brasil. Até o momento, estes laudos são feitos apenas em São Paulo.

O equipamento foi doado por uma empresa que também tem filial no Rio Grande do Sul: a Dana Albarus. Para doar o laboratório, estimado em mais de um milhão de dólares, a empresa escolheu a Ufrgs, numa disputa que envolveu universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A Dana acabou apostando na reconhecida capacidade da Faculdade de Engenharia da universidade gaúcha e no ambiente propício que está se criando no Estado.

O laboratório ocupa uma área de 300 metros quadrados e será um dos mais precisos do País. Ajuda em sua confiabilidade o fato de que ele será o único do Brasil instalado ao nível do mar. "A altitude interfere nos resultados devido à quantidade de oxigênio", lembra Telmo. Aqui, além da GM, o laboratório atenderá empresas como a BMW, Chrysler, Fiat, Honda, Peugeot, Renault, Suzuki e Volkswagen.

A contrapartida é investida no financiamento de novas pesquisas e na compra de material e equipamentos para o trabalho. Para se ter uma idéia, um laudo emitido pela Cientec-Ufrgs custa cerca de R$ 10 mil. "É um preço bem inferior ao cobrado por empresas de outros locais. Por exemplo, para levar à Austrália, esse é o custo só do transporte", fala Telmo.

CTCA quer duplicar sua capacidade

Parte do CTCA está sediada em um de seus pavilhões da Cientec, totalmente reformado. Lá está a carga pesada dos componentes. Para o Laboratório de Ensaios de Fadiga, foram adquiridos atuadores servo-hidráulicos – equipamentos que simulam tensões e condições de rodagem nas peças. A intenção, para um futuro a médio prazo, será realizar testes em carros completos, mas para isso é preciso duplicar a capacidade já instalada. A verba já foi solicitada pela Ufrgs e Cientec, que enviaram projeto ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Um dos trabalhos da Ufrgs, por meio do Laboratório de Metalurgia Física (Lamef), é a análise minuciosa dos problemas apresentados pelas peças que não passaram nos testes. Fraturas, trincas ou deformações são verificados com técnicas de microscopia eletrônica, réplicas metalográficas, inspeção de ultra-som, fotoelasticidade e outros. Assim, é possível aos engenheiros da Ufrgs sugerir novas formas de produção, cuidados na escolha de matéria-prima e procedimentos no processo produtivo. "É um plus que o nosso Centro oferece em relação a outros que existem", diz Antoniazzi. No Lamef, os pesquisadores filmam detalhes do processo de fabricação para mostrá-los aos operadores. O Lamef tem dez anos e trabalha com recursos da Fapergs, PDGT, INPQ e Capes. Programa de Integração Universidade-empresa, desde 1994 incentiva a criação de laboratórios, ganhando equipamentos, bolsas do governo federal. Trabalha atualmente em oito projetos.

Também os fornecedores de materiais receberão treinamento para controlar a presença de impurezas nas ligas que vão compor as peças. Tudo isso deverá qualificar ainda mais os produtos *made in* Rio Grande do Sul na área de tecnologia. Os testes garantem que as peças usadas nos automóveis não quebrarão depois de certo tempo e quilômetros rodados. Eles simulam, por amostragem, o uso intensivo de cada um dos componentes. Para isso, são dadas até 320 mil pancadas em equipamentos, simulando movimentos em diversos ambientes. O total de cada bateria de testes chega a 90 horas. Analisam-se, no laboratório, falhas em componentes de bancos, suspensão, molas, sistema de direção, pedais, entre outros.

Empresas gaúchas amadurecem

Existem três níveis de empresas do setor automotivo no Estado. No "A", estão as 20 bastante competitivas. No "B" encontram-se outras 70 intermediárias. E no "C" ficam 200 que não têm padrão de competitividade. Este é um dos dados do trabalho Cadeia Automotiva do Rio Grande do Sul (Cars), estudo elaborado pela Escola de Administração da Ufrgs entre 1998 e 1999, que está disponibilizando informações importantes sobre a indústria automotiva do Rio Grande do Sul. O levantamento está agora em sua segunda fase, e terá novos números divulgados no segundo semestre.

Uma coisa é certa: a indústria gaúcha está dando passos importantes para seu amadurecendo, ficando mais forte e competitiva, conforme opinião do professor de Administração, Paulo Zawislak, principalmente por causa da vinda, para o Estado, do Complexo da GM. "A GM está trazendo o que há de mais moderno no setor, além de toda uma mentalidade de empresa enxuta, com índice zero de desperdício, redução de custo e uso pesado de *e-business* (comércio eletrônico)", destaca Zawislak.

A própria prensa para fabricação de automóveis e a funilaria superautomatizada são outros elementos importantes. "Claro que isso tem impacto na cadeia automotiva gaúcha, obrigando as empresas fornecedoras a conversar na mesma linguagem que a GM. É este um impacto cultural", afirma Zawislak. Para ele, existe uma vertente cultural e outra tecnológica, que acabam por influenciar na qualidade do produto gaúcho. "Não é só com boa vontade. Sem tecnologia não adianta", lembra.

O amadurecimento da indústria gaúcha só vai acontecer com mudanças nas técnicas gerenciais, nos sistemas de organização e nas formas de trabalho. "Para essas empresas que estão no nível A, não muda muita coisa. O maior impacto da vinda da GM ocorre entre as do nível B, que vão se capacitar para o trabalho". A tendência é de que o Rio Grande do Sul passe, com o tempo, a ter um maior número de empresas no nível A.

Além desses dados, fica difícil fazer uma previsão de outros efeitos de uma montadora no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, em termos de geração de empregos. Quando as grandes montadoras se instalaram em São Paulo, nas décadas de 50 e 60, o mercado era ainda inexplorado. Geraram-se 200 mil empregos. Era outro o clima em Minas Gerais quando da chegada dessas empresas, em 1970, e que geraram 50 mil postos de trabalho, bastante diferente do que ocorreu no Paraná, em 1995, onde 20 mil pessoas foram empregadas. "É possível que a realidade do Paraná esteja mais próxima da do Rio Grande em 2000", analisa Paulo.

Fotos: Gil Cafrune Gosch e Arquivo Cientec

LE MONDE DIPLOMATIQUE

O interesse individual exprime-se no mercado, cuja sanção é o lucro. O mercado, contudo, não pode assegurar as duas funções para as quais não foi concebido: a reprodução dos recursos humanos e dos recursos naturais

Por uma economia plural

René Passet *

Em nome da diminuição do consumo, a ofensiva contra os serviços públicos vai a todo o vapor desde a década de 80. Depois que a economia do bem-estar social (o *welfare state*) começou a ser mal vista, passou-se a investir contra a própria existência do Estado,[1] que seria necessário "desinventar".[2] E como há necessidade de nobres objetivos, acusa-se a centralização burocrática e a frágil eficácia dos serviços públicos, de que padeceria, em última instância, o bem-estar dos cidadãos. Liberemos, liberalizemos, privatizemos; abaixo o setor público, refúgio de todos os arcaísmos.

Colocar a questão dos serviços públicos e do Estado é, antes de tudo, colocar as questões da lógica social e do modo de regulamentação: se, em todos os níveis, a economia obedece somente à lógica individual mercantil, então o único regulador deve ser o mercado. Esta convicção expressa-se na própria incapacidade em que se acha a economia mercantil de definir a economia pública de outra maneira senão residualmente, relacionando-a com ela mesma: "...todo serviço que não é fornecido em bases comerciais nem em concorrência com um ou vários fornecedores do serviço", dizem os acordos de Marrakech de 1994, que criaram a Organização Mundial do Comércio (OMC). Tão logo uma parte das atividades de um setor passa ao mercado, é todo o setor que se torna suscetível de ser liberalizado: saúde e a educação, por exemplo, prestam-se "naturalmente" à privatização. Portanto, é somente em relação à realidade mercantil reconhecida que se aprecia o desempenho do setor público e, como seus produtos não são vendidos no mercado, a conseqüência é evidente: não têm valor e o serviço público nada comporta senão custos.

Interesses individuais e interesses coletivos

Já a economia plural, ao contrário, define os diferentes setores pela natureza da sua função. Esta economia revela-se plural, ao mesmo tempo, nela própria e nas suas interdependências com outros sistemas, situados em outros níveis (o social, a natureza) cujos mecanismos e leis deve respeitar sob pena de se autodestruir.

Existe uma racionalidade individual e uma racionalidade coletiva, interdependentes, mas irredutíveis uma à outra. Uma refere-se aos interesses individuais; a outra ao interesse geral.[3] Esta encarrega-se dos bens coletivos (o farol, a barragem, a infra-estrutura...), dos serviços sociais (saúde, educação...) e dos direitos fundamentais dos indivíduos (liberdade, segurança, igualdade perante a lei e no acesso aos bens comuns...). Cada campo define-se, portanto, por suas funções.

É, portanto, no nível do interesse individual que se manifestam, da maneira mais motivada e melhor informada, as aspirações da multidão de seres conscientes que compõem a sociedade. Nenhum sistema o pode ignorar, sob pena de ineficiência, de constrangimentos inúteis e de autodestruição. Devido a tal ignorância é que pereceu a economia hipercentralizada do Leste europeu. O interesse individual exprime-se no mercado, cuja sanção é o lucro. O mercado, contudo, não pode assegurar as duas funções para que não foi concebido: a reprodução dos recursos humanos e dos recursos naturais.

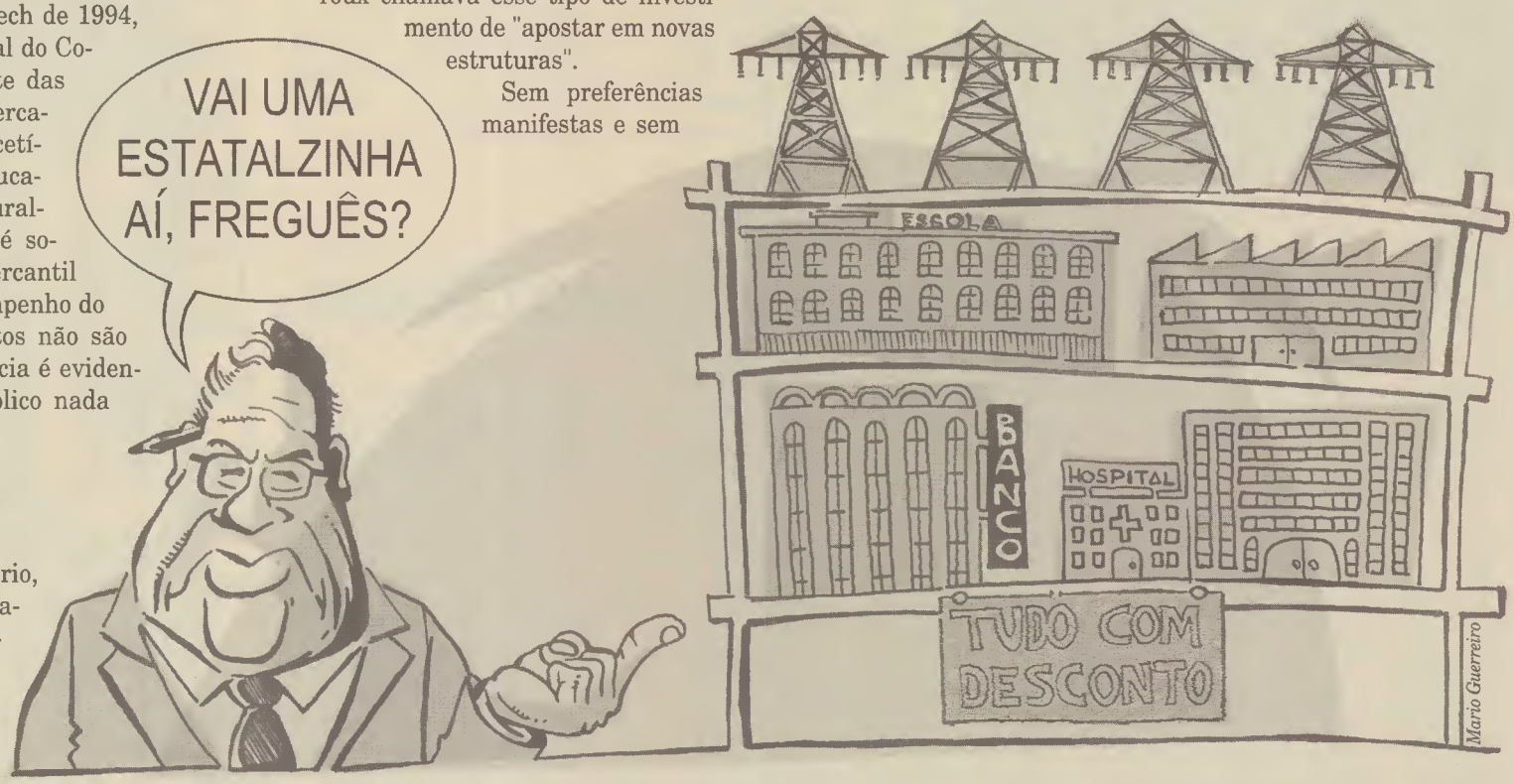
Saúde e educação: privatizáveis?

O interesse coletivo existe igualmente, irredutível ao precedente. A necessidade coletiva não decorre da necessidade individual; é de natureza diferente. O bem coletivo não satisfaz nenhuma das condições da formação de um preço no mercado. Do lado da demanda, seu serviço é ao mesmo tempo indivisível e simultaneamente consumível por cada indivíduo, sem que nada seja retirado de outros: o navegador que se deixa guiar pela luz do farol utiliza-o inteiramente (e não em quantidades maiores ou menores em função de um preço) e no entanto deixa-o inteiramente disponível para os outros; contrariamente ao bem individual, que não pode pertencer senão a um ou a outro, não há portanto competição pela posse do bem coletivo, e nada obriga o consumidor a manifestar suas preferências oferecendo um preço, já que nenhuma concorrência pode privá-lo do bem. Do lado da oferta, o bem coletivo não tem custo marginal: a construção de um pedaço de farol não faz sentido: ou se constrói por inteiro ou não se constrói. François Perroux chamava esse tipo de investimento de "apostar em novas estruturas".

Sem preferências manifestas e sem custo marginal, o bem coletivo não pode depender da lógica mercantil. Sua rentabilidade não aparece na contabilidade, mas no faturamento das firmas ao seu redor, e a longo prazo. A verdadeira eficiência econômica das ferrovias não se mede, ao longo da história, em perdas e lucros, mas por sua contribuição ao crescimento da produção nacional. Até o déficit aqui pode ser racional, na medida em que – em última instância – estimula a criação de riquezas que lhe são superiores.[4] Que dizer, a *fortiori*, da saúde ou da educação? Vamos tomá-las, de momento, como simples bens intermediários avaliados pelos padrões da própria rentabilidade mercantil. Ao não as avaliar senão pelo ângulo do custo, o pensamento dominante logo declara improdutivas as instituições públicas que as assumem. A formação espiritual e de saúde das pessoas nada significariam, portanto?

Um corpo sem alma

Tomemos ao pé da letra esses senhores do Medef – Movimento dos Empresários da França, e apliquemo-lhes a célebre parábola de Saint-Simon (1810): em que se tornaria a eficácia de suas empresas, únicas criadoras de riquezas, ao que dizem, se amanhã desaparecessem esses monumentos de suposta improdutividade que são o sistema educativo, o sistema de saúde, a infra-estrutura pública de transportes e comunicações, todos os serviços públicos, enfim? "A nação seria um corpo sem alma no instante em que os perdesse." Os que denigrem o serviço público veriam então o que aconteceria com a magnífica produtividade de que se glorificam; perceberiam tudo o que o seu desempenho deve à coletividade, assim como às despesas financeiras de formação e manutenção do "material humano" (pois é assim que o chamam) de que passariam a não dispor. E o que aconteceria se – e Deus permita que tal não ocorra – todo o seu estado-maior (o califa, seu braço-direito, seu braço-esquerdo, seus flautistas, seus subflautistas, alguns vizires, grandes ou pequenos, que tanto gostariam de se ver no lugar do califa) decidisse recolher-se às sombras? Isso "certamente afligiria os franceses, porque são bons [...]. Mas essa perda não lhes causaria pesar senão sob o aspecto puramente sentimental, já que disto não resultaria nenhum mal político para o Estado".



A lógica mercantil consiste em limitar ao máximo os investimentos de rendimento coletivo a longo prazo – que se diluem no conjunto da sociedade –, preferindo ações direta e imediatamente mais rentáveis. Estes investimentos não podem, portanto, senão ser feitos pelos poderes públicos, de acordo com a importância que estes lhes dêem, na função que preferirem, e para atender à necessidade que têm por objetivo satisfazer.

Tipos de atividades

Existem, portanto, campos legítimos – interdependentes, mas distintos – da gestão pública e da gestão privada. O critério de utilidade individual ou coletiva, que acabamos de destacar, permite-nos distinguir três tipos de atividades: as que dizem respeito às necessidades individuais e põem em causa agentes individuais

(consumidores, comerciantes, artesãos, atividades com fracos efeitos na coletividade...) não direcionam, por sua própria natureza, a escolha das finalidades sociais e cabem incontestavelmente à iniciativa privada. A intervenção direta do Estado se traduziria aqui por constrangimentos inúteis e nocivos ao dinamismo e à capacidade de adaptação ao sistema; as que, por sua natureza (bens coletivos, saúde, educação, segurança...), apresentam, com toda evidência, uma concepção de utilidade social e do serviço público que escapam à lógica do mercado e devem ser assumidas pela coletividade; as atividades suscetíveis de serem rentáveis no mercado, podendo, portanto, ser materialmente assumidas pela iniciativa privada, guiada pelo objetivo do lucro (atividades bancárias, indústrias pesadas, fabricação de armamentos...), mas que, por sua natureza e pela gama de efeitos que comportam, ou o poder que conferem aos que as detêm, envolvem, de fato, o futuro da coletividade, devendo por isso ser submetidas à sua autoridade: é este o campo da empresa pública, do planejamento e do controle estatal.

Deste ponto de vista, a entrega das indústrias de armamentos aos interesses privados, assim como a autonomia aos bancos centrais, colocando a lógica parcial do instrumento acima da lógica da sociedade, constituem puras aberrações.

Fontes do progresso das novas tecnologias

Estes três tipos de atividades não devem ser considerados isoladamente, mas em suas interdependências. A despeito de todos os dogmatismos, foi da cooperação entre eles, e não unicamente do mercado, que surgiram os progressos decisivos das novas tecnologias. A ação estratégica do Estado – veiculada nos meios de comunicação pelo Ministério da Indústria e do Comércio Internacional – desempenhou um papel decisivo, no último quarto do século XX, na transformação do Japão num dos principais atores das tecnologias da informação. A Europa jamais poderia concorrer com os Estados Unidos nas áreas da aeronáutica ou aeroespacial sem a intermediação dos governos. Na França, em nenhum momento o crescimento do produto nacional foi tão forte que durante os gloriosos anos 30, quando uma política de planejamento flexível, que definia as prioridades essenciais, combinou-se com o respeito à livre iniciativa individual. Nos Estados Unidos, na década de 70, os pioneiros do Vale do Silício só puderam registrar a evolução tecnológica com o selo da flexibilidade e da descentralização porque os contratos militares e os apelos do Ministério da Defesa, durante as três décadas precedentes, criaram condições favoráveis à eclosão do fenômeno.

Nesta perspectiva, a ofensiva da privatização é paradoxal. Dizem-nos que as atividades públicas devem transformar-se mais e mais em atividades mercantis, no momento em que, ao contrário, são as atividades mercantis que exercem conseqüências sociais mais e mais importantes. E são visíveis: a informática, penetrando todas as atividades, reforça a interdependência entre elas; o produto nacional transforma-se em bem coletivo; o progresso técnico, aumentando o poder dos homens sobre si mesmos, sobre a vida, sobre os meios naturais, levanta problemas que ultrapassam de muito longe a simples lógica mercantil.

Patrimônio comum da humanidade

As interdependências prolongam-se em escala internacional: por natureza, redes como o "trem-bala", os transportes aéreos ou as telecomunicações referem-se ao espaço europeu; problemas cruciais para a humanidade anunciam-se, num futuro próximo, em áreas como a poluição global, ou recursos como a água.

Tudo isso clama por uma gestão mundial. Não é da privatização que temos necessidade, mas da definição de uma noção autêntica de patrimônio comum da humanidade. A verdadeira urgência não é, portanto, expandir o campo da iniciativa privada em detrimento do setor público, mas, ao contrário, aumentar o controle da coletividade sobre as atividades privadas que comportem sérias conseqüências sociais. Coletivo não quer necessariamente dizer estatal: os atores sociais e os movimentos de cidadania têm também uma palavra a dar sobre as estruturas que será necessário inventar para tanto.

Traduzido por Roberto Magellan

* Professor emérito da Universidade Paris I; presidente do Conselho Científico do ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras para Apoio aos Cidadãos

1. Ler, de Riccardo Petrella, "Mondialisation, services publics et Europe: se battre pour la citoyenneté", na revista Transversales Science/Culture, nº 37, Paris, janeiro-fevereiro de 1996.
2. "De-inventing the State", The Economist, Londres, 20/05/ 1995.
3. Existem bastantes países onde não se diz "serviços públicos", mas atividades, ou serviços "de interesse geral". É uma expressão bastante apropriada a este texto.
4. Acrescentemos que faz parte da lógica do bem coletivo mobilizar um potencial supérfluo, com relação às necessidades que se trata de satisfazer: a ponte, a represa são construídos para durar muito tempo; seu objetivo é mais o de fazer surgirem novas atividades geradoras de novas necessidades que de satisfazer aquelas imediatas; a irracionalidade estaria no fato de [a ponte, a represa] serem plenamente utilizados desde que inaugurados; o capital por eles mobilizado não pode, portanto, ser imediatamente rentável, mas apenas a longo prazo, o que não é do interesse dos capitais privados.

OPINIÃO

Dep. Federal Adão Pretto - PT/RS – Dep. Estadual Dionilson Marcon - PT/RS

A verdade sobre os "desvios" do MST

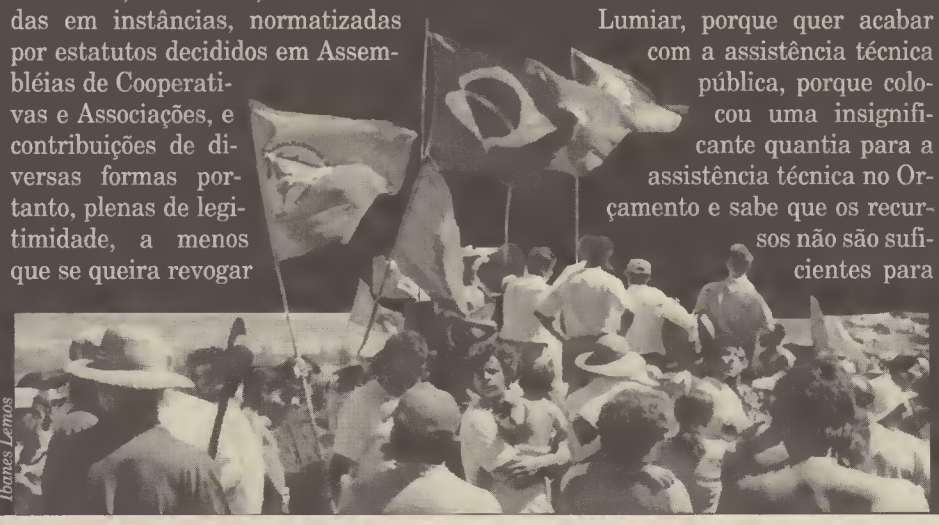
No rescaldo de uma vergonhosa (e como toda) desagradável ressaca dos desgastes da comemoração dos 500 anos; do desgaste da ameaça de colocar o Exército nas ruas contra o MST ; da criação do DOPS do Campo e coroado com a volta do Serviço de Informações capaz de enrubescer os colegas sociólogos, o Governo decidiu reagir da mesma e velha forma de sempre: requentando denúncias e notícias a respeito de supostos desvios de dinheiro público pelo MST. Em resumo: com a colaboração de uma parte da imprensa mais realista que o rei, o governo e o latifúndio lançaram mão do que restava para ser explorado, deram a estas sobras dimensões exageradas, incomparáveis até , para criar um caldo que justificasse a criminalização do MST e o seu sufocamento econômico.

Na verdade, primeiro é preciso que se conceitue corretamente aquilo que a imprensa vem chamando de desvio de dinheiro público porque desvio de dinheiro público é o que acontece na Prefeitura de São Paulo, na construção dos prédios da Justiça do Trabalho, nos casos comuns de superfaturamento de obras e serviços públicos. Desvio de dinheiro público é fazer viagem de férias com a família, em aviões da FAB. O que o MST e as Cooperativas de Reforma Agrária fazem é o que qualquer cooperativa, qualquer clube, qualquer associação faz. Seus associados pagam uma taxa para usufruir de benefícios coletivos proporcionados por aquela. No caso do MST, o que acontece com o crédito dos assentados é que é um crédito pessoal. Qualquer operação de financiamento, como é o caso do Procera, cada agricultor assume pessoalmente a dívida perante o banco, e responderá por ela, e se não pagar, fica inadimplente, ou seja, não é o dinheiro público que vai para a cooperativa, a menos que se entenda que no caso dos assentados, isso não valha.

Contribuições individuais para a organização são normas desde o nascimento do MST, há 15 anos, e são decididas em instâncias, normatizadas por estatutos decididos em Assembléias de Cooperativas e Associações, e contribuições de diversas formas portanto, plenas de legitimidade, a menos que se queira revogar também a atual legislação de funcionamento das organizações sociais.

Em segundo lugar, vamos dialogar francamente. A verdade é que o Governo, a partir da extinção do Procera e da implementação do Pronaf para os assentados, não mais liberou crédito para os assentados, além de as medidas anunciadas na semana passada, caracterizarem-se por contenção de demanda, ao reduzir as garantias do Tesouro ao Pronaf grupo A, pois vai dificultar cada vez mais o acesso dos recém-assentados ao crédito. Remédio: desqualifica-se os beneficiários.

Em terceiro lugar, ataca a atual sistemática da assistência técnica através do Lumiar, porque quer acabar com a assistência técnica pública, porque colocou uma insignificante quantia para a assistência técnica no Orçamento e sabe que os recursos não são suficientes para cobrir a demanda. Remédio: desqualifica-se a assistência técnica.

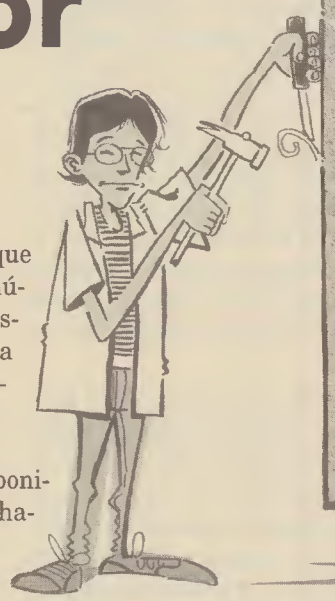

Ibanes Lemos

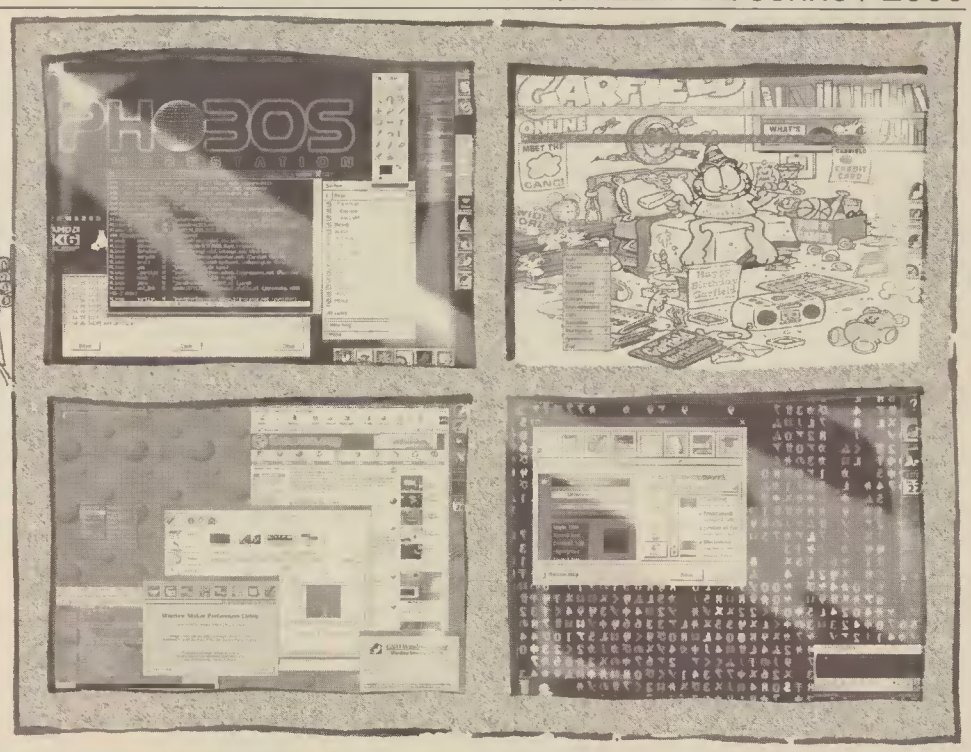
E para colocar mais um pouco de farinha neste caldo, a valorosa bancada ruralista tem contribuído imensamente. Para desviar as atenções dos seus calotes, dos seus desvios (aqui é que são desvios), e das vergonhosas benesses que tem sistematicamente recebido do Governo, decidiu investigar o MST, também. Tenho dito por todos os lugares, publicamente, que gostaria de comparar o volume de recursos recebidos pelos assentados com o volume de recursos recebidos pelos latifundiários; o índice de inadimplência dos assentados, com o índice de inadimplência dos latifundiários, o índice de emprego dos assentamentos, com o índice de emprego dos latifundiários. E por fim gostaríamos de ver investigados com o mesmo rigor, o SENAR, a OCB , os Programas de Fruticultura e tantos outros que abocanham o filé do Orçamento, cujas denúncias de irregularidades com ações judiciais, inclusive, nunca sequer foram consideradas pela imprensa.

De tudo isso, a pergunta que fica é: qual a perspectiva para os milhões de Antônios Tavares, brasileiros, que precisam de crédito para produzir. Será a mesma daquele que saiu de casa para buscá-lo e voltou dentro de um caixão?

PROGRAMAS ABERTOS

Um "fazedor" de janelas



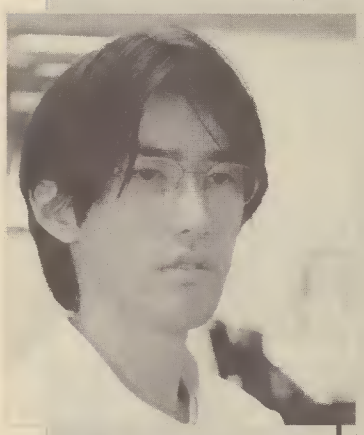


Mario Guerreiro

"Abre-te Sésamo!" E uma montanha se abria no meio do deserto para que Ali Babá e seu bando pudes- sem entrar no esconderijo repleto de tesouros. Poucos tinham acesso àquele oásis. Ali Babá foi à ruína justamente quando seus inimigos descobriram como invocar Sésamo e abrir a passagem para o abrigo secreto.

Atualmente, Alfredo Kojima, um jovem de 24 anos, também administra portas e janelas de um mundo ainda pouco conhecido, bastante rico em conhecimento e possibilidades. Ao contrário de Ali Babá e dos 40 ladrões, seu interesse é que o maior número de pessoas possa dizer "Abre-te Sésamo!". Para tanto, Kojima disponibiliza as chaves de um "esconderijo" chamado Sistema Operacional GNU/Linux, desenvolvendo o programa Window Maker. E ele não precisa temer "inimigos" porque os princípios do seu aplicativo e do GNU/Linux são norteados pela Free Software Foundation (Fundação para os Programas Abertos), que prega o livre acesso à informação e à utilização de aplicativos de computador.

Fotos Gil Cafrune Gosch



Kojima: destaque na área de softwares livres

Sistema mais leve

Kojima é estudante de graduação no curso de Ciência da Computação da Ufrgs e desde 1995 utiliza o Linux. A idéia de desenvolver o Window Maker para este sistema operacional partiu da utilização do After Step, um gerenciador de janelas semelhante, disponível na época. "Tinha várias coisas que eu não gostava e resolvi incrementá-lo. No começo, só mexi na aparência, mas queria também deixar o usuário personalizar o ambiente, sem ter que aprender a linguagem de configuração", explica. O fato de Kojima estar usando a plataforma Linux e o After Step – ambos softwares sem restrições no acesso ao código de programação – facilitou o seu trabalho. "A vantagem é que podemos olhar os programas e ver como outras pessoas desenvolveram um problema específico", salienta.

Os primeiros resultados começaram a ser divulgados em outubro de 1996, quando o estudante disponibilizou o que havia feito a quem quisesse ajudá-lo. "A maior parte fui eu que fiz, mas várias outras pessoas contribuíram", diz Kojima. Comparando com as interfaces gráficas da época, o aplicativo deixou o sistema mais fácil de ser usado. "Tentei deixá-lo mais leve e rápido", conta.

Para quem não conhece o sistema GNU/Linux, é possível compará-lo ao Dos – sistema operacional da Microsoft utilizado na grande maioria dos PCs. Ele gerencia as tarefas básicas do computador, apaga arquivos, grava-os e copia-os. O Window Maker, seguindo a mesma linha de raciocínio, é semelhante a uma parte do Windows. A diferença é que ele apenas gerencia as janelas, funcionando essencialmente como interface gráfica entre o usuário e a máquina. Outras funções, como o controle de arquivos, são realizadas por programas acessórios. O conjunto completo destes aplicativos é chamado, no jargão dos programadores, de desktop ou área de trabalho.

Projeção internacional e acadêmica

Desde o ano passado, o Window Maker integra o Projeto GNU, principal empreendimento da Free Software Foundation (FSF) – maior organização de apoio aos programas abertos em todo o mundo. "Ele já fazia parte do GNU/Step, grupo de criação de ambientes gráficos, e sugeriram que eu falasse diretamente com o Richard Stallman, presidente da fundação, para que entrasse no plano principal", revela Kojima. Todos os programas integrantes do projeto obedecem aos princípios da FSF: têm o código de programação disponível e qualquer usuário pode modificá-los, melhorá-los e copiá-los livremente. "Entre os quase 30 gerenciadores de janelas existentes, ele está entre os dois ou três mais usados no momento", afirma.

Academicamente, o trabalho do estudante é citado como um dos mais importantes da atualidade na área de softwares livres. "O Window Maker é o maior exemplo de iniciativa individual dentro das universidades brasileiras", declara o professor Imre Simon, do departamento de informática da USP. Recentemente, Kojima também palestrou sobre o desenvolvimento de aplicações gráficas no GNU/Linux, durante o 1º Fórum Internacional Software Livre 2000, realizado em Porto Alegre.

Para ele, os programas abertos são uma forma de melhorar o aprendizado na universidade, pois possibilitam uma aplicação mais efetiva e completa dos trabalhos acadêmicos. "Determinados programas que nós fazíamos para uma ou outra cadeira eram jogados fora, agora podemos disponibilizá-los para eles serem úteis para outras pessoas", comenta.

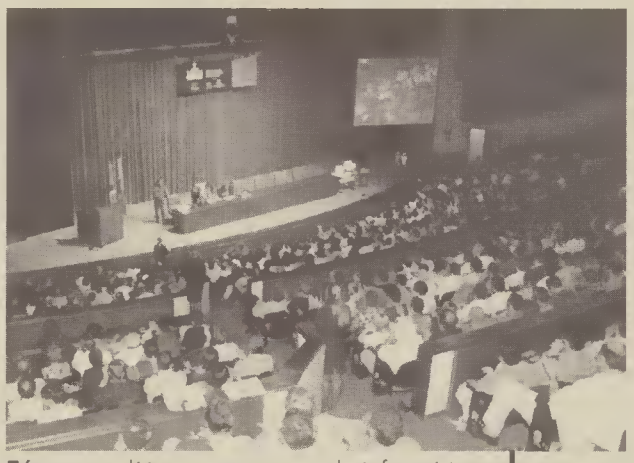
Do ponto de vista profissional, o programador está verificando um retorno bastante grande com o aperfeiçoamento técnico que obteve através do desenvolvimento do Window Maker. Kojima não ganhou dinheiro diretamente com o aplicativo, mas considera extremamente importantes as possibilidades que foram abertas. "Não fosse ele, eu não estaria trabalhando na Conectiva. Fico aqui até me formar, em julho, depois vou para Curitiba." A empresa paranaense é hoje uma das principais no desenvolvimento de pacotes para o sistema operacional GNU/Linux, no Brasil.

Softwares livres no Estado

"O 1º Fórum Internacional Software Livre 2000, em Porto Alegre não foi uma feira em que as pessoas negociaram programas e equipamentos. O evento foi importante para conhecermos experiências de sucesso e debatermos políticas para o setor de informática", avalia Marcelo Branco, vice-diretor da Procergs.

Além do projeto do deputado Bohn Gass, que obriga o uso de programas abertos nos órgãos públicos do RS, duas outras medidas legais estão sendo debatidas para disseminar a idéia. Uma é a resolução da Comissão de Sistemas de Informática e Telecomunicação, do Estado, que orienta e dá preferência ao uso de softwares livres nos órgãos públicos. Outra é a proposta da vereadora Helena Bonumá, para a adoção do mesmo tipo de aplicativos na esfera pública municipal.

A adoção dos programas abertos está em fase piloto na Polícia Civil, no Daer, no Banrisul e na Procergs.



Fórum: políticas para o setor de informática

Páginas sobre o assunto

http://www.windowmaker.org/
Página oficial do Window Maker

http://wm.themes.org/ ou http://www.themes.org/
Temas e desenhos para a área de trabalho do Window Maker.

http://www.gnu.org/
Página oficial da Free Software Foundation

Vicki León - escritora

Mulheres audaciosas da antigüidade

A final de contas, o que há de importante em um nome? Como os advogados de marcas registradas e as mulheres audaciosas lhe dirão: tudo. A história da antigüidade se especializou em esnobar as mulheres por meios evasivos, com seus relatos repletos de "uma mulher que...", "esposa de..." e aquela velha frase favorita: "que diziam ser a mãe de..."

Contudo, entre 2500 a.C. e 450 d.C., por toda a Mesopotâmia, no Egito e no norte da África, ao redor do mar Negro e do Mediterrâneo, da Inglaterra à Terra Santa, existiu um número incalculável de mulheres importantes – mulheres reais e não deusas ou ficções literárias. Seus nomes não foram perdidos, mas apenas extraviados ou encobertos. A maioria delas tinha um único nome, como Kubaba de Kish, Hatshepsut do Egito, Melânia da Antióquia, Gorgo de Esparta e Fabíola de Roma. Seus efeitos também não estão perdidos para nós; as mulheres indômitas balançaram tantos berços quanto qualquer outra mulher, mas também criaram muita confusão. De diferentes culturas, épocas e classes sociais, elas compartilham uma obrigação moral: essas realizadoras de alta energia não aceitaram o que os outros diziam que uma mulher devia ou não fazer. Elas sabiam como fazer para tirar o maior partido possível dos aspectos positivos com que nasceram – que muitas vezes não eram muitos. Algumas mulheres do livro "Mulheres audaciosas da antigüidade" foram escravas, que frenqüentemente exibiam um senso triunfante de autovalorização, a despeito da posição social que ocupavam em suas vidas. Como a prisioneira em um leilão público em Esparta, à qual um comprador exigente perguntou: "Você vai ser útil se eu a comprar?" Olhando-o de alto a baixo, ela retrucou friamente: "Sim, e se você não me comprar também."

Algumas das mulheres audaciosas escolheram notoriedade em lugar de gentileza, e autonomia em lugar de submissão social e sexual. Mulheres como Tecla, a amiga íntima de São Paulo, e Artemísia, uma comandante da Ásia Menor, adoravam uma boa luta. Outras, como Salomé e Herodíade, sua mãe assassina, chafurdavam alegremente em perversidades. Da Suméria e Egito antigo até as eras cristãs, as mulheres desempenharam papéis-chave na vida espiritual dos povos. Nas páginas deste livro, você encontrará a coragem insolente das mártires cristãs e os infortúnios das virgens vestais; lamurientas sacerdotizas adolescentes, mênades (bacantes) gregas e mulheres sábias hititas; sacerdotisas-poetias sumerianas que desempenhavam a função de noivas sagradas e matronas romanas que, silenciosamente, deram milhões para a recém-formada Igreja Cristã.

Com um tom longe de respeitoso, você também ouvirá muitas coisas sobre os macedônios da região norte da Grécia, para os quais três coisas – cavalgar, matar rivais e contrabandear – faziam parte de um dia de trabalho. E encontrará uma enciclopédia fascinante de mulheres que optaram por ser poetas e envenenadoras, médicas e gladiadoras, arquitetas e atletas, agiotas e perdulárias, cabelereiras e pessoas terríveis, advogadas e proprietárias de imóveis em litígio, filósofas e namoradeiras, esposas extremamente santas e supervendedoras de sexo.

Em conjunto, este livro faz um perfil de 200 mulheres que atacaram a vida em seus próprios termos. Em conjunto, suas vidas formam uma visão bruxuleante e surpreendente de raízes comuns, diferenças interessantes e problemas universais da cultura humana vistos de uma perspectiva feminina – e seus paralelos supreendentes com nossas próprias perspectivas.

Semelhante à feitura de uma colcha de retalhos de pequeninos recortes de tecido antigo, as histórias dessas mulheres foram desenterradas de uma vasta série de fontes hitóricas e literárias, muitas vezes contraditórias, hostis, imprecisas ou incompletas – ou todas essas coisas. Afortunadamente, existe um conjunto igualmente gigantesco de evidências não-literárias. Esses materiais, um dia chamados "fontes inconscientes" pela historiadora Barbara Tuchman, incluem cartas, casos jurídicos, objetos de arte, moedas, memorandos, diários, artefatos, pichações e inscrições. (...)

O palco onde essas mulheres viviam e se movimentavam é gigantesco. Suas civilizações começaram no leste e no sul – Mesopotâmia e Egito – e gradualmente se espalharam para o oeste, ao redor do Mar Mediterrâneo. Os vales quentes dos rios da Mesopotâmia testemunharam uma sucessão de culturas: Suméria, Acad, Babilônia, Assíria e Pérsia. Em contraste, o Egito permaneceu egípcio desde os tempos primordiais aos dias de Cleópatra, quando caiu sob o domínio romano. Na Ásia Menor (atualmente Turquia), Síria e Terra Santa proliferavam cidades prósperas e reinos – freqüentemente reinos de rainhas. A área presenciou um turbilhão de culturas e poderes políticos, dos hititas e fenícios aos persas, judeus, gregos e romanos.

A "Grécia" foi mais um conceito do que um país; suas regiões e cidades-estados nunca permaneceram unidas. Quando as populações cresciam, as cidades-estados enviavam um excedente para fundar novas colônias ao redor do Mediterrâneo, que por sua vez faziam a mesma coisa. Essa miscelânea de helenismo preservou o mundo grego em pensamento, linguagem e cultura por um longo tempo após a Grécia ter se tornado romana no sentido político, a partir de 27 a.C.

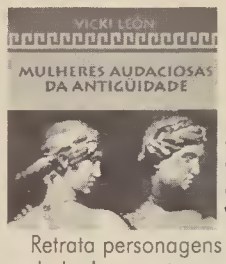
Por outro lado, o Império Romano deixou que os povos, regiões e cidades sob seu domínio preservassem seus costumes. A única exceção foi a Terra Santa, onde, depois de muita luta, os judeus foram destituídos tanto de sua religião como de seus bens imóveis. Em contraste, a Igreja Cristã, com uma orientação fortemente feminina nos primeiros séculos, finalmente conquistou os corações e mentes de muitas pessoas, das imperatrizes romanas às classes mais baixas.

Uma frase da historiadora Pauline Pantel pode muito bem definir o máximo da mulher audaciosa pré-cristã: "Vagarosamente, muito vagarosamente, as mulheres se tornaram indivíduos, pessoas cuja opinião importava". Esta frase notável – pessoas cuja opinião importava – transpira aquilo pelo qual as mulheres da antigüidade lutaram e que nós, suas descendentes, continuamos a reivindicar nos dias de hoje. Este livro é dedicado a cada uma dessas pioneiras insaciáveis e audaciosas, e foi escrito com o mesmo espírito irreverente dessas mulheres.

Introdução ao livro "Mulheres audaciosas da antigüidade" de Vicki León (1995)

ORELHA

Astronomia e astrofísica
Kepler de Souza O. Filho e Maria de Fátima O. Saraiva
Aborda os diversos aspectos do estudo da astronomia antiga até os modernos telescópios. Serve de guia para simples observação do céu até a compreensão do universo como um todo. Edição com CD. Editora da Universidade. 608p. R$ 55,00.



Mulheres audaciosas da antigüidade
Vicki León
Retrata personagens femininas da antigüidade de maneira provocante e inédita, a partir de descobertas arqueológicas e pesquisas bibliográficas. Tradução de Miriam Groeger. Editora Rosa dos Ventos. 247p.

A criação de mitos na publicidade
Sal Randazzo
Como publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Com apresentação de Bill Backer e tradução de Mario Fondelli. Editora Rocco. 404p.

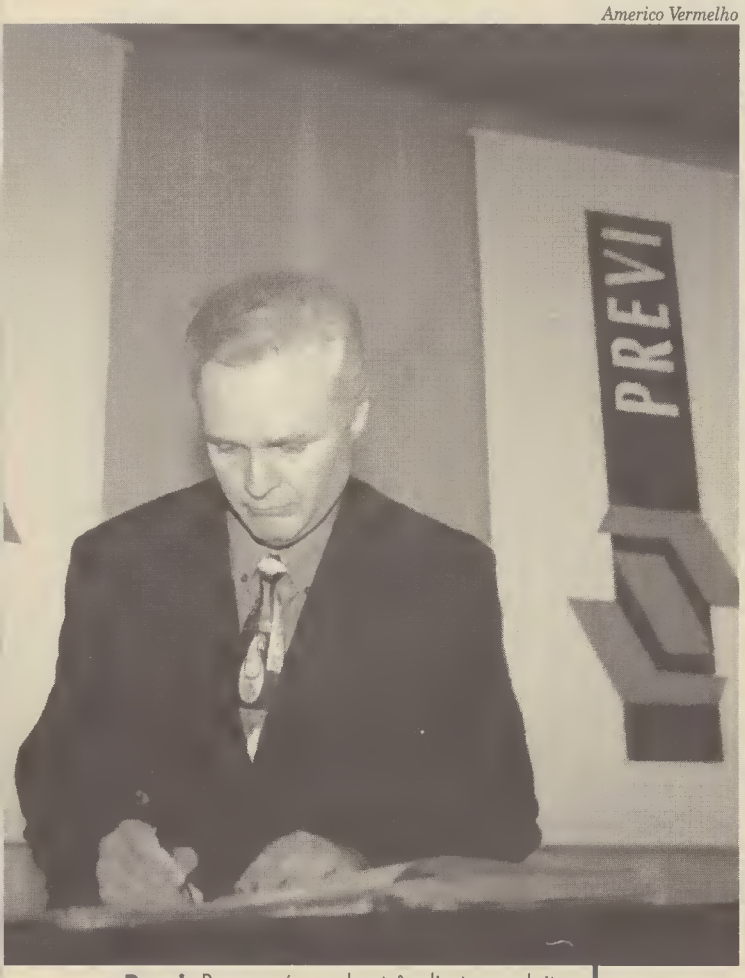
WWW

Direitos Humanos
www.dhnet.org.br
Sítio lançado na V Conferência de Direitos Humanos, que abrigará uma rede pioneira de entidades para combater a prática de tortura.

Análise
www2.uol.com.br/observatorio/
Sítio que analisa o material publicado na mídia brasileira

Gaúcho assume direção do maior *fundo de pensão da AL*

Americo Vermelho



Previ: Persson é um dos três diretores eleitos pelo funcionalismo do Banco do Brasil

O economista gaúcho Erik Persson, 46 anos, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), é o novo diretor de Planejamento da Caixa de Previdência dos Empregados do Banco do Brasil (Previ), o maior fundo de pensão da América Latina. Fundada em 1904, com o nome de Caixa Montepio dos Funcionários da República do Brasil, ela se transformou em Caixa de Previdência em 1934. Reunindo 118 mil associados e um patrimônio de R$ 32,5 bilhões é, hoje, um dos maiores trunfos do governo FHC para viabilizar a venda de empresas públicas. Além da participação acionária em empresas como Perdigão, Ipiranga, Marcopolo, Frangosul, Souza Cruz e no próprio Banco do Brasil, onde detém 13% das ações, a Previ integra os consórcios vencedores dos maiores leilões de privatização já realizados no País.
Entre eles, o da Vale do Rio Doce, Embraer, Usiminas, Acesita e Telecentrosul. Nesta entrevista, Persson fala de suas novas atribuições, critica o papel que a Previ tem desempenhado no processo de privatizações e defende que os investimentos do fundo sejam destinados aos setores produtivos comprometidos com um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Jéferson Assumção

ADverso - ***O que é a Previ e qual a sua importância?***

Erik Persson - A Previ é hoje o maior fundo de pensão de funcionários, da América Latina. Ela tem um patrimônio de 32,5 bilhões. Possui cerca de 61,9% de seus ativos aplicados em renda variável, 8% em imóveis e 20% em renda fixa. Tem participação nas principais empresas nacionais, como a Vale do Rio Doce, Paranapanema, Embraer (a empresa que mais lucro deu no ano passado), Unsiminas, Cosipa e Telecentrosul, entre outras. Cerca de 1/3 do setor telefônico está na mão da Previ. No setor privado, ela atua na Kepler-Weber, Riocel, Marcopolo, Frangosul, Perdigão e Souza Cruz.

Adverso - A estratégia de investir no setor já existia ou se definiu a partir do processo de privatizações?

Persson - A Previ tem como finalidade assegurar a aposentadoria complementar dos seus associados. Para tanto, a relação das contribuições é de 2x1, ou seja, o funcionário contribui com 8% de seu salário para o fundo e o banco contribui com 16% – pelo menos até dezembro vai ser desta forma. Esses valores entram na Previ e, para garantir rentabilidade, são aplicados no setor produtivo, principalmente em renda variável, mas também em renda fixa e imóveis. Em imóveis, não há limites, em renda variável o limitador é 50%, que a Previ extrapolou para 61,9%.

Adverso - E o que acontece neste caso?

Persson - O governo está questionando estes investimentos, embora já tenha criado uma resolução que engessa a Previ, obrigando-a a investir 60% dos seus recursos em renda variável.

Adverso - Por quê?

Persson - Deve estar estourando uma nova crise mundial, uma crise muito violenta nos Estados Unidos e também na Argentina. Por isso, a resolução do governo exige a manutenção de 60% dos investimentos dos fundos de pensão em renda variável, limitando a possibilidade destes recursos migrarem para a renda fixa ou imóveis. Com uma saída brusca do mercado de ações, a Previ poderia aprofundar a crise. O que deve acontecer, então? A crise deve estar vindo e, se mantivermos a situação como está, com certeza teremos grandes prejuízos no futuro, um prejuízo que já é calculado como uma possibilidade concreta. Para manter estável o mercado de ações, o governo está utilizando os fundos de pensão, mesmo sabendo que, numa crise, o prejuízo vai ser de bilhões.

> ***" Deve estar estourando uma nova crise mundial muito violenta nos Estados Unidos e na Argentina "***

Adverso - É a mesma utilização que o governo faz da Previ nas privatizações. Falando nisso, qual a avaliação que vocês fazem da participação da Previ nesse processo?

Persson - Durante a campanha eleitoral, ficou muito claro nosso posicionamento contrário à entrada da Previ nas privatizações. A gente sabe que, até agora, prevaleceram os interesses do governo, o que acabou viabilizando o programa de privatizações. Os representantes dos funcionários que estavam na diretoria da Previ alegavam que comprar barato empresas públicas com excelente viabilidade era um bom investimento, que gerava uma rentabilidade muito alta. Por isso, concordaram em participar dos leilões, olhando apenas o lado dos funcionários, não entrando na polêmica.

Adverso - O que você e o Sérgio Rosa, o outro diretor eleito pelo funcionalismo, pensam sobre isso?

Persson - Somos totalmente contra o programa de privatizações. Vamos lutar para que a Previ deixe de ser um instrumento da política do governo federal, ainda que isso não dependa apenas dela. O nosso objetivo é não auxiliar mais no processo de privatizações. Quais os setores que ainda faltam? O setor dos Correios, a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. No caso do setor financeiro, existe uma lei proibindo a participação dos fundos de pensão em consórcios privatizantes.

Adverso - Como ocorrem as decisões na Previ?

Persson - Somos seis diretores executivos, sendo três eleitos pelos funcionários, com mandato de quatro anos, e outros três indicados pelo banco. Mas, para aprovar qualquer proposta, são necessários cinco votos. No Conselho Deliberativo, da mesma forma, a diretoria é compartilhada. São quatro representantes do funcionalismo e três do banco. A aprovação de qualquer questão, também exige cinco votos. Então, se não houver consenso nas decisões, nada acontece. Isso requer um processo de negociação muito forte de ambos os lados.

Adverso - Quais são as atribuições específicas dos cargos para os quais vocês foram eleitos?

Persson - A minha diretoria (de Planejamento) trabalha com os diversos cenários mundiais, nacionais e setoriais, como o metalúrgico, de minérios etc. A gente faz este tipo de análise, com uma equipe de 18 economistas, que avaliam o risco dos investimentos da Previ. A outra atribuição é o controle do orçamento. Já a diretoria do Sérgio Rosa (de Participações) envolve o controle das 80 empresas onde o fundo tem ações.

Adverso - Como a Previ pode contribuir para o desenvolvimento de um projeto alternativo para o País?

Persson - Propomos uma terceira via, que se contrapõe ao projeto de privatizações. São parcerias com governos estaduais em projetos de desenvolvimento regional. O que significa isso? Sabemos, por exemplo, que a Corsan necessita de um aporte de recursos para ampliar sua rede de água e esgotos. É uma demanda que o governo do Estado não tem recursos suficientes para atender imediatamente. Nossa idéia é que a Previ faça parceria com estas empresas e tenha participação no retorno financeiro decorrente da própria expansão da rede. Assim, a Previ iria se legitimar socialmente por estar viabilizando projetos sociais. Esta é uma proposta que a gente vai procurar discutir aqui dentro. Obtivemos 40,15% dos votos, ou seja, mais de 32 mil dos 80 mil funcionários que votaram nos deram legitimidade para isso.

Adverso - Vocês pensam em propor parcerias entre a Previ e as universidades públicas?

Persson - Com certeza. Isso também está no nosso programa. Nosso objetivo é fazer um casamento Previ-Estado-Universidades. Até pela legitimidade e seriedade que têm as nossas universidades públicas, e por serem de certa forma independentes, temos garantias de que os recursos não seriam desviados.